

>> entrevista **PEDRO NERY**

ECONOMISTA E CONSULTOR DO CONGRESSO NACIONAL

Pandemia do novo coronavírus reduz a idade média dos brasileiros, e aqueles que forem se aposentar entre 2022 e 2023 pelo sistema do fator previdenciário devem ter aumento nos contracheques. Mas será um processo transitório, pois se espera controle da crise sanitária

Queda na expectativa de vida eleva aposentadorias

» ROSANA HESSEL
» VICENTE NUNES

A pandemia da covid-19 tem provocado mudanças profundas na sociedade global, e no Brasil não é diferente. E um dos impactos das transformações se dará nas aposentadorias, cujos valores devem aumentar a partir do ano que vem, na contramão da reforma previdenciária. Motivo: a queda na expectativa de vida do brasileiro. É o que diz o economista Pedro Nery, doutor em Economia pela Universidade de Brasília (UnB) e consultor de economia do Congresso Nacional.

Pelas regras ainda em vigor, quanto maior a expectativa de vida, maior é o fator previdenciário, que funciona como um desconto sobre o valor a ser recebido pelos aposentados. Como a idade média dos brasileiros vai diminuir pelo menos dois anos, quem se aposentar em 2022 e 2023 pela regra que leva em consideração o fator terá um contracheque maior, já que o abatimento será menor. É importante ressaltar que o fator previdenciário só valerá durante o período de transição da reforma — a partir de 2027, entrará em vigor a idade mínima de 65 anos para homens e, em 2031, de 62 anos para mulheres.

“A redução da expectativa de vida aumenta o valor das novas aposentadorias. Esse será o caso daquelas que são calculadas pelo fator previdenciário. Desde que foi implementado, houve uma tendência de o fator ser maior a cada ano, porque a expectativa de vida subiu — diminuindo o valor das aposentadorias. A lógica era de que o recebimento da aposentadoria se daria por mais tempo, então, haveria um ajuste (para baixo) no valor”, explica Nery. Foi a forma que o governo encontrou de estimular as pessoas a contribuírem por mais tempo com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Segundo ele, esse processo de expectativa de vida menor e aposentadorias maiores poderá persistir se a vacinação contra a covid-19 não for acelerada e bem-sucedida. “Com a pandemia, devemos observar queda na expectativa de vida nos dados de 2020 e de 2021. Isso deve afetar o fator previdenciário em 2022 e em 2023”, acrescenta. Desde que o fator previdenciário foi adotado, há mais de 20 anos, nunca se viu um quadro como esse.

Nery destaca, ainda, que a pandemia do novo coronavírus vem agravando um problema histórico do Brasil: a desigualdade social, sobretudo pelo fato de o governo não ter como prioridade um programa de distribuição de renda aos mais pobres. O atraso na renovação do auxílio emergencial é uma prova disso. “O governo não consegue considerar esse tema como prioritário”, lamenta. Ele lembra que as maiores economias do planeta, como os Estados Unidos, estão focando nessa questão. “Não vemos nenhuma proposição, de fato, sendo apresentada. Nenhum projeto de lei, nenhuma PEC (Proposta de Emenda à Constituição)”, diz.

Os retrocessos nas conquistas sociais, segundo Nery, já estavam em curso antes da pandemia e podem ser acentuados se houver demora no controle da crise sanitária. Ele defende a necessidade de cortes de gastos para um programa de renda mínima robusto, que custe algo em torno de R\$ 100 bilhões por ano — quase três vezes mais do que o atual

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Bolsa Família —, mas isso exige vontade política para reduzir despesas supérfluas e privilégios.

Apesar da redução da pobreza ocorrida em 2020 por conta do auxílio emergencial, Nery alerta que, neste ano, com o agravamento da pandemia, o Brasil ainda pode retroceder mais no campo social, já que o auxílio é menos robusto do que foi no ano passado (caiu de R\$ 600 para, no máximo, R\$ 375). A despeito das promessas, não há um plano claro do governo para melhorar a distribuição de renda no país, que tem mais de 14 milhões de desempregados e 38 milhões de invisíveis, como o ministro da Economia, Paulo Guedes, costuma definir as pessoas que são desassistidas pelos programas atuais.

“Chamamos isso de desigualdade em V. A desigualdade até caiu, por conta do auxílio, e, agora, está subindo. O país não consegue a recuperação do Produto Interno Bruto (PIB) em V, no sentido de que cai bastante e depois sobe muito rápido, mas observamos isso nos indicadores sociais”, alerta. Para Nery, o quadro pré-eleitoral tornará os invisíveis mais visíveis, e essa será uma oportunidade para avanços de uma agenda mais inclusiva. A seguir, os principais trechos da entrevista:

A pobreza e a miséria não param de crescer no Brasil. Muito se atribui à pandemia, mas o país já atravessava um processo de reversão de conquistas importantes, a ponto de voltar para o mapa da fome. O que aconteceu? Por que o Brasil regrediu nessas questões sociais?

O primeiro evento que promove esse retrocesso é a recessão de 2015 e 2016, quando os ganhos sociais começaram a ser desfeitos. O que chama a atenção entre aquela recessão e a recessão de agora é que houve uma recuperação da economia e do mercado de trabalho, mas a recuperação dos indicadores de pobreza foi muito tímida. É como se a recessão para os mais pobres tivesse continuado. É como

O fator previdenciário vinha sempre diminuindo a aposentadoria por conta da expectativa de vida maior, agora, vai aumentar temporariamente. Mas estou supondo que a doença vai ser controlada?

se o PIB dos pobres, digamos assim, não tivesse se recuperado. E acho que o país não tem percebido isso. Não houve ampliação do Bolsa Família, o país não fez nenhuma reestruturação dos programas sociais para acolher essa população. O que chama a atenção, quando olhamos para o período do fim do governo Dilma Rousseff e o início do governo Michel Temer, é que houve aumento do nível do gasto público, mas não foi uma elevação baseada em transferência de renda para a população mais pobre. O país chegou com a situação dramática antes do novo coronavírus e, com a pandemia, piorou. O auxílio emergencial anterior segurou, por um tempo, a elevação da pobreza, mas houve, certamente, um atraso do governo em renovar o auxílio para este ano. Vamos lembrar que, do final de 2020 até abril, a população ficou sem o benefício justamente quando o pior da pandemia estava acontecendo. Nessa situação, as pessoas precisaram ficar em casa, e as famílias com trabalhadores informais perderam muita renda. O quadro é, de fato, muito grave.

Por que o governo brasileiro está com tanta dificuldade em perceber o agravamento dessas questões sociais?

O governo não consegue considerar esse tema como prioritário, porque, quando olhamos as intenções, até algumas coisas começa-

ram a ser planejadas, mesmo antes da pandemia. Em 2019, por exemplo, o governo sinalizou apoio a uma proposta de pesquisadores do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) para a criação de um benefício universal infantil e, mais recentemente, se fala em um bônus para trabalhadores. Mesmo durante a campanha, tem esse fato inusitado, o plano de governo previa algum tipo de renda universal. Mas não vemos nenhuma proposição, de fato, sendo apresentada. Nenhum projeto de lei, nenhuma PEC. Existe alguma esperança, para este momento, porque, naturalmente, com esse cenário de milhões de invisíveis, eles tendem a ser muito mais visíveis nas pesquisas de opinião. Estamos na pressão de um ano pré-eleitoral, e essa situação grave pode se refletir na popularidade do governo, especialmente depois que ele perdeu uma parte de seu apoio nas classes mais altas. Existe a expectativa de que o governo apresente uma ampliação desse gasto social, que era o que o Congresso tinha tentado bastante. Tem muito projeto nesse sentido.

Até o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que o governo crie um programa de renda mínima a partir de 2022. Esse é o caminho?

Eu acho que é um caminho. Mas, o mais importante, independentemente de que tipo de programa vai ser, se for mais focalizado ou mais universal, é ter uma fonte de financiamento. Essa é a grande discussão. Tudo bem, o STF fala que tem que ampliar o Bolsa Família ou criar um programa, mas falta todos entenderem que, para que esse programa seja, de fato, efetivo, é preciso mobilizar uma quantidade maior de recursos. O país tem condições de fazer isso. O Brasil não é um país rico, mas não é um país pobre. Só que, em um ano normal, o Bolsa Família mobiliza pouco mais de R\$ 30 bilhões por ano. Isso dá uns 2% (das despesas) do Orçamento. É muito pouco. Tem de rever gas-

tos com o funcionalismo, tem que rever isenções tributárias. Acho que um bom programa seria da ordem de uns R\$ 100 bilhões por ano. O país tem condições de erradicar a pobreza extrema e, talvez, até erradicar a pobreza infantil. Mas é preciso diagnóstico da necessidade de aumentar o Bolsa Família e criar um programa de renda básica para suprir a necessidade de cortar em outros lugares para abastecer essa política.

Com relação ao Orçamento de 2021, que teve toda aquela confusão, o governo já não deveria ter previsto algo nesse sentido? Haveria espaço para um programa social quando a prioridade parece ser atender emendas de parlamentares?

Acho que tinha espaço (no Orçamento) e, por isso, digo que o governo parece não priorizar isso. Dada a trajetória da popularidade do governo e o êxito do auxílio emergencial, é impressionante que isso não tenha sido considerado prioritário. Realmente, chama muita atenção. Estamos vendo um aumento grande da pobreza no país depois de termos passado por um período de redução do número de pobres no período do auxílio emergencial mais robusto. É o que estamos chamando de desigualdade em V. A desigualdade até caiu, por conta do auxílio, e, agora, está subindo. O país não consegue a recuperação do PIB em V, no sentido de que cai bastante e depois sobe muito, mas observamos isso nos indicadores sociais.

O fato de as eleições presidenciais estarem se aproximando favorece o lançamento de programas sociais mais robustos?

Um dos motivos de o país não ter uma política social mais consistente é que existe uma discricionariedade grande. Por exemplo, no caso do Bolsa Família, o benefício não é nem indexado à inflação. Portanto, em termos reais, perde valor, a não ser que o governo aja para reajustá-lo. Isso não existe, por exemplo, com outros benefi-

cios, como o da Previdência e os trabalhistas, como seguro-desemprego, que são protegidos. De fato, podemos observar que o Bolsa Família teve valores mais altos em 2010 e em 2014. Um dos motivos para essa discricionariedade é que esse público não está protegido pela Constituição. Estamos falando de famílias mais pobres, que não têm capacidade de organização, não formam associações, sindicatos, e tem uma capacidade muito baixa de se articular pelos seus interesses, porque os valores envolvidos são muito modestos. Como alguém vai pagar advogado recebendo R\$ 80 por mês? O ideal seria um caminho, sim, de constitucionalidade, desse tipo de política. Já que o programa disputaria recursos do Orçamento com outras políticas que estão previstas na Constituição, seria natural. Algumas propostas no Congresso vão nesse caminho. E, é claro, ressaltando que é importante, além desse movimento, tentar dizer de onde virão esses recursos.

Pobre não tem lobby organizado em Brasília...

Não tem. Exatamente.

O Bolsa Família já cumpriu o papel dele? O que precisa ser feito? Ele é um modelo para um programa social mais consistente?

O Bolsa Família é um bom modelo, porque tem uma capilaridade boa e o pessoal na ponta é bem treinado e familiarizado com o programa. Acho que, ainda que mudasse de nome, ou tivesse alguma diferença, é importante que essa capilaridade fosse mantida. Mas o que é preciso mesmo é de recursos. O piso do Bolsa Família é de R\$ 40 por mês, por exemplo, no caso de uma doméstica morando com um filho com alguma renda e que não seja extremamente pobre, para os parâmetros do programa, só recebe isso por uma criança. Não é preciso pensar muito para perceber que não é uma questão de desenho, mas de valores, para termos uma situação melhor. O Bolsa Família precisa tanto de uma recomposição nos valores quanto — e, talvez, mais importante — de uma revisão dos limites de acesso ao benefício e das linhas de pobreza. A pessoa, para receber o auxílio tem que estar em uma situação muito ruim. É preciso acolher mais famílias, ainda que os valores não sejam os mesmos.

Ainda há muito preconceito com quem recebe ajuda do governo? Mas o país tem um passivo grande para resolver, dado o nosso histórico de concentração de renda e de desigualdade...

Acho que tem cada vez menos preconceito. A experiência do auxílio emergencial ajudou uma boa parte da população a perceber a importância desses benefícios. E, de certa forma meio paradoxal, a própria saída do PT do governo ajudou a legitimar um pouco, porque o programa deixou de ser contaminado pelo antipetismo. O Bolsa Família foi muito visto como um dinheiro para ajudar a conseguir eleitores. Agora, existem propostas interessantes para evitar esse estigma, dado que boa parte da população recebe algum benefício do governo, seja diretamente, como o previdenciário, seja indiretamente, como isenção do Imposto de Renda. É interessante buscar alguma forma de